

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Aspectos Empresariais do E-Social**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121810

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

O sistema do E-Social, seus aspectos teóricos e legais: objetivos e conceitos do E-Social. As regras gerais para sua implantação. Fluxo de Informações. Verbas Trabalhistas e E-Social. Operacionalização do sistema do E-Social. O acesso ao sistema do E-Social e lançamento de informações. O dever empresarial com o sistema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise dos impactos nos processos internos e externos do sistema. Revisão das práticas com diferentes tipos de trabalhadores. Os processos administrativos e judiciais com impacto no recolhimento dos tributos sobre a folha de pagamento. E-Social e Segurança do Trabalho. Registro eletrônico de empregados, registros de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, afastamentos temporários e riscos ocupacionais. Os registros de estabilidade, férias e os processos de desligamento do trabalhador. Implementação do E-Social nas Empresas. Rotinas e Auditoria.

OBJETIVOS

- a) Conhecer o sistema do E-Social;
- b) Utilizar o sistema do E-Social como ferramenta de gestão empresarial;
- c) Reconhecer o sistema do E-Social na rotina da empresa, especialmente no tocante ao risco do meio ambiente laboral.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. Justiça Econômica e Social. São Paulo: Noeses, 2017.

IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.

LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães. (Coords.) Estudos sobre Negócios e Contratos: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. E-social Aplicado às Rotinas Trabalhistas. O Novo Modelo de Gestão. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TIMM, Luciano Beneti (Org.). Direito e Economia no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- FREITAS, Rafael Vêras; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (Coord.) Regulação e Novas Tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- JORGE, Társis Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de previdência social. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SANTOS, Marisa Ferreira dos. LENZA, Pedro (Coord.) Direito previdenciário esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Contratos**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

Professor: Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

AValiação

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura,

fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado: uma teoria da justiça e da dignidade humana**. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory**: the contribution of the new institutional economics. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?**: direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121805

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Introdução e análise da abordagem de Análise Econômica do Direito, com ênfase no estudo da Microeconomia e Macroeconomia aplicadas ao estudo do fenômeno jurídico. Exame das principais vertentes de Análise Econômica do Direito que possuem proximidade com o Direito e, especialmente, com o Direito do Trabalho, tais como Análise Econômica do Direito Empresarial, Análise Econômica do Direito Contratual e Análise Econômica do Direito da Regulação e Concorrencial. Estudo da economia organizacional sob a ótica dos custos de transação e da teoria da agência. Construção dos conhecimentos sobre economia da cooperação. Aplicação da teoria dos jogos nas relações empresariais com vistas a formar no aluno uma visão sobre a nova economia institucional e os custos do descumprimento contratual nas relações de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise Econômica do Direito e sua aplicação ao Direito do Trabalho. Economia Organizacional e Custos de Transação. O Mercado de Trabalho Brasileiro. Análise de Dados Estatísticos. Desalentados. Custo do Descumprimento do Contrato de Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Entender os mecanismos de tomada de decisão, aplicando o conhecimento da Microeconomia;
- b) Usar a Microeconomia como ferramenta fundamental para entendimento e previsão de comportamentos e estratégias, problematizando-a como questão basilar da realidade empresarial;

c) Desenvolver um amplo conhecimento do campo econômico, com uma visão característica do ambiente microeconômico.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOTER, Robert Dandridge; SCHÄFER. O Nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza no mundo. Tradução de Magnum Eltez. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GORGA, E. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. Análise Econômica do Direito. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito Societário. Porto Alegre: Editora Fi, 2107.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

TIMM, Luciano Benetti Timm (Org.). Direito e Economia no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (Org.). Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARAÚJO, C. L. Resenha: - Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. Revista Economia & Gestão, v. 4, n. 7, p. 143-145, 2004.

BARBOSA, Eliana. O Enigma da bota: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. Análise Econômica do Direito. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

VARIAN, Hal R. Microeconomia:

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112151

Professores: Prof. Dr. Délton Winter de Carvalho

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático Ambiental: Juridicidade e ‘status’ de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico- econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1:

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Estado de Direito Ambiental e sua transversalidade (Direito, Economia, Política e Ciência)
 - 1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental
 - 1.1.1. Juridicidade ambiental
 - 1.1.2. Status de direito fundamental
 - 1.1.2.1. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente:
 - a) Dimensão subjetiva

- b) Dimensão objetiva
- 1.2. Deveres ambientais constitucionais:
- 1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Aula 2:

Gestão Jurídica do Riscos Ambientais: da prevenção à precaução

Sistema constitucional de governança dos riscos ambientais

Prevenção geral e graus de incerteza

Papel da Ciência e sua intersecção com o Direito

Prevenção “stricto sensu”: Modelo quantitativo

Cálculo de risco quantificável

Padrão probatório (reasonable probability)

Precaução

Critérios de ponderação

Ameaças graves e irreversibilidade

Incerteza e informação

Custo-benefício

Padrão probatório (reasonable satisfaction)

Análise jurisprudência selecionada.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. “Gestão Jurídica do Risco Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. (doutrina e jurisprudência aplicadas). 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

Aula 3:

- 1. Responsabilidade Civil Ambiental.
- 1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.
- 1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.
- 1.3. Nexso causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades

- 1.4. Solidariedade
- 1.5. Medidas Compensatórias.
- 2. Responsabilidade Administrativa Ambiental.
 - 2.1. Infrações ambientais
 - 2.2. Sanções ambientais
 - 2.3. Excludentes

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. “Dano e Responsabilidade Civil Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. São Paulo: RT, 2020; CARVALHO,

Délton Winter de. “Responsabilidade Administrativa Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. São Paulo: RT, 2020.

Aula 4:

- 1. Direito dos Desastres
- 2. Autonomia
- 3. Gestão circular dos riscos
- 4. Funções: Mitigação e Prevenção; Resposta de Emergência; Compensação; Reconstrução
- 5. Casos: Mariana, Brumadinho, Covid

Leitura obrigatória:

CARVALHO, Délton Winter de. Desastres Ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação. São Paulo: RT, 2020.

Aula 5:

- 1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas
 - 1.2. Sensitividade Climática
 - 1.3. Direito das Mudanças Climáticas
 - 1.4. Litigância estratégica: direitos humanos, ambiental e climática
 - 1.4.1. Litigiosidade como governança: rights turn
 - 1.4.2. Litigância Climática no Mundo.

1.4.3. Litigância Climática no Brasil.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. *Constitucionalismo Climático: a tridimensionalidade do Direito das Mudanças Climáticas*. (prelo) SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. “Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: Establishing a constitutional right to a stable climate.” *RECIEL – Review of European, Comparative & International Environmental Law*. July, 2021. (Prelo).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Délton Winter de. *Gestão Jurídica Ambiental*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

CARVALHO, Délton Winter de. *Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Délton Winter de. *Desastres e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

FARBER, Daniel Farber; CARVALHO, Délton Winter de. (orgs.). *Estudos Aprofundados em Direito dos Desastres: interfaces comparadas*. Curitiba: Prismas, 2017.

FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W.. *Environmental Law*. 8. ed. West: St. Paul, 2010.

FARBER, Daniel A.. “Disaster Law in the Anthropocene.” In: Jacqueline Peel; David Fisher (eds.). *The Role of International Environmental Law in Disaster Risk Reduction*. Boston:

Brill Nijhoff, 2016.

SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. “Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: Establishing a constitutional right to a stable climate.” *RECIEL – Review of European, Comparative & International Environmental Law*. July, 2021.

SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. *Climate Change Litigation: Analysing the law, scientific evidence & impacts on the environment, health & property*. Adelaide: Presidian, 2006.

BRADFORD, Mank. “Standing and Statistical Persons: a Risk-Based Approach to Standing.” *Faculty Articles and Other Publications*. Paper 127. University of Cincinnati College of Law Scholarship and Publications. University of Cincinnati College of Law, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMERON, James. *Globalization and the Ecological State*. *Review of European Community and International Environmental Law*. v. 8, issue 3, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de direito*. Lisboa: Gradiva, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. Juridicização da Ecologia ou Ecologização do Direito. Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, n. 4, dezembro, 1995.

CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. Direito dos Desastres. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FARBER, Daniel. Disaster Law and Emerging Issues in Brazil. Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito-(RECHTD), 4(1): 2-15 janeiro-junho, 2012.

FARBER, Daniel. "Uncertainty." The Georgetown Law Journal. v. 99, 2011.

FERRER, Gabriel Real. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho. Revista de Derecho Ambiental, AbeledoPerrot, Buenos Aires, nº 32, octubre-diciembre 2012, págs. 65-82.

GOMES, Carla Amado. A Idade da Incerteza: reflexões sobre os desafios de gerenciamento do risco ambiental. In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias;

LUHMANN, Niklas. Risk: a sociológica

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direito Regulatório**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Profa. Dra. Danirle Regina Pellin

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. Lei das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. As Agências de Regulação. Instrumentos de Delegação: concessão, permissão e autorização. A regulação jurídica da concessão. A Legislação da concessão. As parcerias público-privadas: conceitos. Instrumentos. Legislação. Regime das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. Lei Anticorrupção. Compliance. Lei de Improbidade Administrativa. Serviços públicos regulados. Serviços privados regulados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
ENCONTRO 01	Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Distribuição de temas e seminários. TEMA: Estado como agente normativo e regulador: uma questão de planejamento e de desenvolvimento desde 1988. Exposição de motivos da MP nº 881. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Exm/Exm-MP-881-19.pdf

ENCONTRO 02	TEMA: Estruturas Organizacionais pública e reestruturação da informação. Vídeo prévio para a aula: https://www.ted.com/talks/mariana_mazzucato_government_investor_risk_taker_innovator?language=pt-br#t-220959
ENCONTRO 03	TEMA: O Estado como agente econômico e a conexão com a política econômica global da OCDE Empresa e Direitos humanos na perspectiva do trabalho decente: marco de referência. Disponível em https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/04_Empresas-e-Direitos-Humanos-na-Perspectiva-do-Trabalho-Decente-%E2%80%93-Marco-Referencial.pdf
ENCONTRO 04	TEMA: As Parcerias Público-Privadas como fator de desenvolvimento. Acesse o portal, navegue e verifique. Disponível em https://parcerias.rs.gov.br/inicial
ENCONTRO 05	TEMA: As Agências Reguladoras e o papel das Ouvidorias. A Análise Econômica do Direito: proposições legislativas e políticas públicas. Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p321.pdf Acesso em 28 fev 2020.
ENCONTRO 06	TEMA: As Falhas de Mercado e as falhas de Governo. Da teoria da regulação ao atual desequilíbrio financeiro: uma reflexão da economia a partir do pensamento de Michael Aglietta. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2219-octavio-conceicao-2. Principais Modificações e Impactos para as Agências Reguladoras decorrentes da Lei n.º 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência)”. Disponível em http://www.anp.gov.br/images/central-de-conteudo/notas-estudos-tecnicos/estudos-tecnicos/modificacoes-impactos-agencias-reguladoras-2013.pdf.
ENCONTRO 07	TEMA: A captura e a regulação. A captura das Agências Reguladoras: uma análise do risco de ineficiência do Estado regulador Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3967/1/arquivo407_1.pdf.

ENCONTRO 08	TEMA: Sistema de <i>Compliance</i> Público. Compliance no setor público: o que é? Qual a sua importância? Disponível em https://fernandopimentel.com.br/compliance-no-setor-publico-o-que-e-qual-sua-importancia/
ENCONTRO 09	TEMA: Novas Tecnologias e ambientes regulatórios. Sandbox Regulatório. Disponível em https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/normas/sandbox-regulatorio

OBJETIVOS

O objetivo geral da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico da atividade econômica e regulatória que envolvem interesses entre o setor público e o setor privado. Uma vez nesse cenário, o aluno poderá observar e projetar os prováveis ou improváveis impactos aos ecossistemas social e ambiental quando da tomada de decisão. De posse dessa verificação, a disciplina tem como objetivos específicos: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento econômico no exercício de atividade profissional; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso do desenvolvimento econômico sustentável na gestão da parceria público-privada; c) transformar o aluno em gestor de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão jurídica e econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-construtivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da produção acadêmica de seminário e elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AValiação

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A elaboração e realização de seminário temático, no valor total de 0,0 a 5,0 pontos, a depender dos critérios preenchidos, segundo orientações recebidas para a atividade.

A entrega em até 30 dias da conclusão da disciplina, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 5,0 pontos. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 1,0 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, Leila (2009). Introdução às agências reguladoras brasileiras. Belo Horizonte: Fórum.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. (1999). A regulação do serviço público concedido. Porto Alegre: Síntese.

GRAU, Eros. (2008). A Ordem Econômica na Constituição de 1988. 13 ed., ver., atual. São Paulo: Malheiros.

GUERRA, Sérgio (Org.) (2014). Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: FGV.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. (2012) Concessão de serviço público. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. (2003) Teoria Geral das concessões de serviço público. São Paulo: Dialética.

LEHFELD, Lucas de Souza. (2010). Controle das agências reguladoras. São Paulo

MAZZUCATO, Mariana. (2014). Introdução: faça algo diferente. In MAZZUCATO,

Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. Trad. Elvira Serpico. São Paulo: Portfolio-Penguin; p. 23-39; 41-57; 243-255. Disponível em <http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca/>

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. (2010). Desafios atuais da regulação Atlas.econômica e concorrência. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL (2019). Fintechs e Sandbox no Brasil. Ministério da Economia: Secretaria de Política Econômica Brasília, junho, 2019. Disponível em <http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/publicacao-spe-fintech.pdf> Acesso em 28 fev 2020.

JUSTEN FILHO, Marçal. (2012). Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15 ed. São Paulo: dialética. LABORATORIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA (LAB). (s.d.) Diretrizes gerais para a constituição de sandbox regulatório no âmbito do mercado financeiro brasileiro. Disponível em http://www.labinovacaofinanceira.com/wp-content/themes/enfoldchild/pdf/Sand_box_lab_vs8_web.pdf Acesso em 28 fev 2020.

MELLO, Maria Thereza e POSSAS, Mário. (2002). Direito e economia na análise de condutas anticompetitivas. In POSSAS, Mário (Org.). Ensaio sobre Economia e Direito da Concorrência. São Paulo: Singular. MORAES, Alexandre de. (2002). Agências Reguladoras. São Paulo: Atlas. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. (2009). Comentários à lei de licitações e contratações na administração pública. 8 ed. Rio de Janeiro: Renovar.

RIFKIN, J. (2016) Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens SCHAPIRO, Mario Gomes; CARVALHO, Vinícius Marques de; CORDOVIL, Leonor Augusta Giovine (Coord.) et al. (2013). Direito econômico concorrencial. São Paulo: Saraiva. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf> Acesso em: 02 de jan. de 2020.

SUNDFELD, Carlos Ari (Org.) (2011). Parcerias público-privadas. 2 ed. São Paulo: Malheiros. WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. (2013) Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. In Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direito Sindical em Perspectiva**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: MP14001-00175

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

A razão histórica da construção autônoma de normas no Direito do Trabalho: “negociação” coletiva. Mau uso da palavra. Gênese do Direito do trabalho. A função da norma coletiva no âmbito da regulação jurídica da relação social de trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Os dissídios coletivos e a atuação dos Tribunais. Alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista e que afetam a atuação sindical. A história da regulação jurídica do conceito de categoria profissional. Representação de empregados no âmbito da empresa. Greve. Conceito de “trabalhador coletivo”. As greves na história das relações de trabalho no Brasil. A resposta estatal ao movimento coletivo dos trabalhadores. O atrelamento do Sindicato ao Estado: assistencialismo e controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sindicalismo no Brasil Contemporâneo. Raízes do Movimento Sindical. Reforma Trabalhista e Direito Coletivo do Trabalho. Greve. Custeio Sindical. O Sindicato na Estrutura dos Governos Brasileiros.

OBJETIVOS

- a) Estudar a importância do movimento sindical na efetivação de direitos trabalhistas;
- b) Compreender o sindicato como elemento patronal;
- c) Refletir acerca do custeio sindical e a polêmica Reforma Trabalhista.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. Ordem pública e tutela do emprego: as dispensas individuais no ordenamento brasileiro - dispensa coletiva e por motivos censuráveis no ordenamento jurídico europeu. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. jul./dez. 2002.

MAGANO, Octavio Bueno. Convenção nº 158 da OIT. In Trabalho & Doutrina. São Paulo: Saraiva, nº 11, dezembro de 1996, p. 39-40.

ROMAGNOLI, Umberto. Sobre El Despido o La Violencia Del Poder Privado. In Revista de Derecho Social Latinoamérica. Buenos Aires, n. 4-5, p. 9-15, 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de Manutenção no Emprego: Condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. In Cadernos da Amatra 4, 9a edição, out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Proteção Contra a Despedida Arbitrária ou Sem Justa Causa: Artigo 7º, I, da Constituição. In Revista de Processo do Trabalho e Sindicalismo. Porto Alegre: HS Editora, p. 188-210, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOARES FILHO, José. A proteção da relação de emprego: análise crítica em face de normas da OIT e da legislação nacional. São Paulo: LTr, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. Jornal Trabalhista Consulex: Brasília. Brasília, DF, n.1248, 17 nov. 2008.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da oit. Revista LTr: Legislação do Trabalho: São Paulo. São Paulo, v.72, n.4, p.438-443, abr. 2008.

WANDELLI, Leonardo Vieira. Despedida Abusiva. O Direito (do trabalho) em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: LTr, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 45h/a

Créditos: 3 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professores: Prof. Dr. André Rafael Weyermüller e Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Exame da transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando para compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula	Conteúdo
1ª Aula	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL. Origem, fontes e princípios.
2ª Aula	PATENTES E TRADE SECRET. Formas de proteção das invenções. Espécies. Requisitos. Bancos de patentes.
3ª Aula	DESENHO INDUSTRIAL. Aplicação. Sistema de livre concessão. Requisitos. Nulidade e extinção. Distinção com marca tridimensional.

4ª Aula	MARCAS. Espécies. Princípios e requisitos. Marcas notoriamente conhecidas e de alto renome. Nulidade e extinção.
5ª Aula	NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS IMPACTOS NA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Contexto mundial. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados. Fair Use.
6ª Aula	SOFTWARE. Lei 9.609 de 1998. Propriedade Intelectual do Programa do Computador. Registro. Governança Algorítmica. Contratos. Direitos e relação de emprego. Casos de aplicação ao software da Lei 9.279 de 1996.
7ª Aula	DIREITOS AUTORAIS. Direitos de autor e conexos. Princípios, natureza jurídica, direitos morais e materiais, domínio público, plágio. Gestão Coletiva.
8ª Aula	OUTRAS FORMAS DE PROTEÇÃO Indicações geográficas: Denominação de Origem e Indicação de Procedência. Biodiversidade e Cultivares.
9ª Aula	PLATAFORMAS DIGITAIS E DIREITOS AUTORAIS. Modelo de negócio. Streaming. Direitos Autorais no Mercado Único Digital. Direitos patrimoniais.
10ª Aula	CULTURA LIVRE. LICENÇAS CRIATIVE COMMONS.
11ª Aula	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL. Conceito de autoria. Disposições sobre Direito Civil e União Europeia.
12ª Aula	CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Cessão. Licença. SAT. Fornecimento de Tecnologia. Franquia.
13ª Aula	DIREITOS AUTORAIS E PARTICULARIDADES NO MUNDO DIGITAL. Memes. Fandom. Estudos de caso.

AVALIAÇÃO

Participação nas atividades práticas (visitas técnicas e propostas em aula) = 20%

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático = 40%

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina = 40%

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.
2. A preparação do tema deverá observar a bibliografia sugerida e disponível no ambiente Moodle, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema.
3. Os demais mestrandos deverão ler o texto indicado previamente pelo professor para cada tema de aula conforme o cronograma.
4. Os alunos deverão, ao final do semestre, apresentar um dos temas trabalhados em aula em forma de seminário/aula, utilizando-se das indicações de bibliografia e jurisprudência.
5. Cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, realizar o estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter um mínimo de 10 páginas e seguir as normas da ABNT.
6. Para fins de avaliação serão considerados, ainda, a assiduidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Obs.: Textos estão disponibilizados no ambiente Moodle para utilização nos seminários e nos artigos finais. Além desses textos que serão trabalhados em aula, sugere-se a bibliografia que segue:

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. [S.l.]: Lumen Juris, 2003. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>.

CARBONI, Guilherme. **Direito Autoral e Autoria Colaborativa: na Economia da Informação em Rede**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, CARLOS. **Propriedade Intelectual e Saúde Pública**. Tradução de Fabíola Wüst Zibetti. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A Philosophy of Intellectual Property**. Great Britain: Ashgate, 1996.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S.l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: <http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf>.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo**. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2016.

SÁDABA, Igor. DOMÍNGUEZ, Mario. ROWAN, Jaron. MARTÍNEZ, Rubén. ZEMOS98. **La tragedia del copyright: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural**. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

LANDES, William M. POSNER, Richard A. **The Economic Structure of Intellectual Property Law**. Cambridge, Massachusetts, London: Belknap, 2003.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Direito Autoral & Economia Criativa**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015. (Org.). **Estudos de Propriedade Intelectual**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**— uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BOYLE, James. **The Public Domain: enclosing the Commons of the Mind**. USA: Caravan Book, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6ed. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultural)

CASTRO, Oona. MIZUKAMI, Pedro (Orgs.). **Brasil Pirata, Brasil Original**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DRAHOS, Peter. BRAITHWAITE, John. **Information Feudalism: who owns the knowledge economy?** New York, London: The New Press, 2002.

HELFRICH, Silke (Comp.). **Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix**. USA: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith. **La Economía del Sistema Internacional de Patentes**. Mexico, Siglo Veinti uno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade Intelectual: uma outra ordem jurídica possível**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio. **Derecho autoral: hacia un nuevo paradigma**. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (Coord.). **Direito de Autor e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost. SCHIJNDEL, Marieke van. **Imagine... No copyright: por un mundo nuevo de libertad creativa**. Traducción de Roc Filel la Escolà. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2008.

VILLARES, Fábio (Org.). **Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito Autoral e Marco Civil da Internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

Links importantes de Revistas para pesquisa de artigos atuais na área:

1. RevistaPIDCC– Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e Constituição <http://www.pidcc.com.br/br/>
2. Revista do IBPI-Revista Eletrônica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual <http://www.ibpi brasil.org/>
3. RevistadaABPI– Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual-
<http://www.abpi.org.br/biblioteca1.asp?ativo=True&linguagem=Portugu%EAs&secao=Biblioteca&subsecao=Revista%20da%20ABPI>
4. EJT-European Journal of Law and Technology- <http://ejlt.org/index>
5. IIC-International Review of Intellectual Property and Competition Law-
<http://link.springer.com/journal/40319>
6. Review of Intellectual Property Law- <http://ripl.jmls.edu/>

Links de sites para consulta:

1. Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial/UFPR-GEDAI-
<http://www.gedai.com.br/>
2. Instituto Nacional de Propriedade Industrial–INPI - <http://www.inpi.gov.br/>
3. World Intellectual Property Organization– WIPO -
<http://www.wipo.int/portal/en/index.html>
4. World Trade Organization– WTO/TRIPS -
https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm
5. United States Patent and Trademark Office– USPTO - <http://www.uspto.gov/>
6. European Patent Office - <https://www.epo.org/index.html>
7. University of Alicante Intellectual Property &Information Technology–UAIP-
<http://www.uaipit.com/es/>

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação e Tecnologia**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Prof. Dr. Guilherme Wünsch

EMENTA

Crises de Estado. O sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica trabalhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paralista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.

c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, Jorge. O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito. Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidney. Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira. 2ª edição. Atlas, 2014.

HARTLEY, Scott. O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14ª edição. Saraiva, 2013.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte I. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte II. São Paulo: LTr, 2017.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de Manutenção no Emprego: Condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. In Cadernos da Amatra 4, 9ª edição, out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. O Dever de motivar a Despedida: Argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. Jornal Trabalhista Consulex: Brasília. Brasília, DF, n.1248, 17 nov. 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. Acesso: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Ainda o abuso das dispensas coletivas. Acesso: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT Revista LTr: Legislação do Trabalho: São Paulo. São Paulo, v.72, n.4, p.438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. Revista Justiça do Trabalho. Local ,Nº 291, março, 2008.

BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. El Despido o La violencia del Poder Privado. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. SARLET, Ingo Wolfgang. STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

EDELMAN, Bernard. A legalização da classe operária. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FERRAZ HAZAN, Ellen Mara. Da Greve ao Locaute: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. In Trabalho & Doutrina. São Paulo: Saraiva, nº 11, dezembro de 1996, p. 20-23.

MARTINS CATHARINO, José. Em Defesa da Estabilidade. São Paulo: LTr, 1966.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de. Tratado elementar de direito do trabalho. V. I. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960.

PAIXAO, CRISTIANO. LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. FERNANDES COUTINHO, Grijalbo e outros (coord). O Mundo do Trabalho. Volume I. Leituras Críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009, pp. 65-76.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil. 1889-1930. Documentos. V. I. O Movimento Operário. São Paulo: FUNCAMP, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo (org). Além da Fábrica. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SEGATTO, José Antônio. A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Empresa, Economia e Desenvolvimento**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código Disciplina: 112149

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.

- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner. et al. **The anathomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações**. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise económica do direito, programa e guia de estudo**. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law**. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think**. [S.l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law**. [S.l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S.l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Estratégias para a Internacionalização das Empresas**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 30 h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Prof. Dr. Jefferson Marlon Monticelli

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- **Módulo I:** Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- **Módulo II:** Estratégias de Entrada em Mercados Externo – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas
- **Módulo III:** O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- **Módulo IV:** o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.

- **Modulo V:** Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Estudo de Caso (1/3 da nota final)
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Dunning, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S.l.]: Cengage CTP, 2008

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M., **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, P. R.; GRAHAM, JOHN L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of international Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [S.l.], v. 40, n. 9, p. 1411–1431. 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S.l.]: Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. [S.l.]: South-Western Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Gestão da Inovação**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112155

Professor: Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação.

PLANO DE ENSINO

Assuntos	Leitura Principal
Gestão da inovação	JOE, T. I. D. D.; BESANT, Joe; PAVITT, Keith. Inovação – O que é e por que importa. Gestão da inovação . São Paulo: Artmed, 2008. (Cap. 1)
	TROTT, Paul J. Gestão da inovação: uma introdução. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos . Bookman Editora, 2012. (Cap. 1)
	DA SILVA, Silvio Bitencourt. Improving the firm innovation capacity through the adoption of standardized innovation management systems: a comparative analysis of the ISO 56002: 2019 with the literature on firm innovation capacity. International Journal of Innovation , v. 9, n. 2, p. 389-413, 2021.

A natureza da inovação e os desafios da gestão da inovação	SALTER, A.; ALEX, O. The Nature of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 2)
	TIDD, Joe; BESSANT, John. Innovation management challenges: From fads to fundamentals. International Journal of Innovation Management , v. 22, n. 05, p. 1840007, 2018.
	BLANK, S. Why companies do ‘Innovation Theater’ instead of actual innovation. Harvard Business Review , v. 7, 2019.
Conhecimento e inovação	COHEN, W. C.; LEVINTHAL, D.A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation, Administrative Science Quarterly . Volume 35, Issue 1 pg. 128-152, 1990.
	NONAKA, I; KODAMA, M; HIROSE, A; KOHLBACHER, F. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation – A new paradigm for organizational theory. European Management Journal , 2013.
	GAVIRIA-MARIN, Magaly; MERIGÓ, José M.; BAIER-FUENTES, Hugo. Knowledge management: A global examination based on bibliometric analysis. Technological Forecasting and Social Change , v. 140, p. 194-220, 2019.
Desenvolvimento de produtos	COOPER, R. Perspective: The Stage-Gates Idea-to-Launch Process — Update, What’s New, and NexGen Systems. The Journal of product innovation management . V. 25, p. 213–232, 2008.
	BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. Business Horizons , V. 55, 293—305, 2012.
	Kahn, K. B; Barczak, G.; Nicholas, J.; Ledwith, A.; Perks, H. An examination of new product development best practice. Journal of product innovation management , v. 29, n. 2, p. 180-192, 2012.
Inovação em Serviços	GALLOUJ, Faiz. Towards a neo-Schumpeterian theory of innovation in services?. Science and Public Policy , v. 24, n. 6, p. 405-420, 1997.
	BARRETT, Michael et al. Service innovation in the digital age. MIS quarterly , v. 39, n. 1, p. 135-154, 2015.
	RANDHAWA, Krithika; SCERRI, Moira. Service innovation: A review of the literature. The handbook of service innovation , p. 27-51, 2015.

Ecossistemas de inovação	MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral Systems of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 10)
	AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation Ecosystems: Implications for Innovation Management? In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 11).
	GRANSTRAND, Ove; HOLGERSSON, Marcus. Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. Technovation , v. 90, p. 102098, 2020.
Colaboração e Inovação aberta	ALEX, O.; DAHLANDER, L. Managing Open Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 22)
	DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 23)
	RADZIWON, A.; CHESBROUGH, H.; VANHAVERBEKE, W.; WEST, J. The Future of Open Innovation. CHESBROUGH, Henry et al. (Ed.). The Oxford Handbook of Open Innovation . Oxford University Press, 2024.(Cap. 57)
Inovação em modelo de negócios	MASSA, L.; TUCCI, C. Business Model Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 21)
	FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Fifteen years of research on business model innovation: How far have we come, and where should we go?. Journal of Management , v. 43, n. 1, p. 200-227, 2017.
	TEECE, David J. Business models, business strategy and innovation. Long range planning , v. 43, n. 2-3, p. 172-194, 2010.
Gestão da inovação digital	NAMBISAN, Satish et al. Digital Innovation Management: Reinventing innovation management research in a digital world. Mis Quarterly , v. 41, n. 1, 2017.

	VAN ALSTYNE, Marshall W.; PARKER, Geoffrey G.; CHOUDARY, Sangeet Paul. Pipelines, platforms, and the new rules of strategy. Harvard Business Review , v. 94, n. 4, p. 54-62, 2016.
	KOHLI, Rajiv; MELVILLE, Nigel P. Digital innovation: A review and synthesis. Information Systems Journal , v. 29, n. 1, p. 200-223, 2019.
	HUND, Axel et al. Digital innovation: Review and novel perspective. The Journal of Strategic Information Systems , v. 30, n. 4, p. 101695, 2021.
Startups	BLANK, Steve. Why the lean start-up changes everything. Harvard Business Review , v. 91, n. 5, p. 63-72, 2013.
	WEIBLEN, Tobias; CHESBROUGH, Henry W. Engaging with startups to enhance corporate innovation. California Management Review , v. 57, n. 2, p. 66-90, 2015.
	ALDRICH, Howard E.; RUEF, Martin. Unicorns, gazelles, and other distractions on the way to understanding real entrepreneurship in the United States. Academy of Management Perspectives , v. 32, n. 4, p. 458-472, 2018.

FORMA DE APURAÇÃO DOS CONCEITOS

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável

A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 60 - 90 minutos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos; ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Gestão de ideias para inovação contínua**. Bookman Editora, 2009.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2009.

BURGELMAN, Robert A.; CHRISTENSEN, Clayton M.; WHEELWRIGTH, Steven C. **Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceitos e soluções**. AMGH Editora, 2013.

CHRISTENSEN, Clayton M. **O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso**. M. Books Editora, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton. **Muito Além da Sorte: Processos Inovadores para Entender o que os Clientes Querem**. Bookman Editora, 2018.

CRAINER, Stuart; DEARLOVE, Des. **Inovação: como levar sua empresa para o próximo nível**. Bookman Editora, 2014.

DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert D. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DRUKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1987.

JOHNSON, Steven; BORGES, MARIA LUIZA X. DE A. **De onde vêm as boas ideias**. Zahar, 2011.

KEELEY, Larry et al. **Dez tipos de inovação**. DVS Editora, 2016.

PETERS, Tom. **O círculo da inovação: você não deve evitar o caminho para o seu sucesso**. São Paulo: Harbra, 1998.

RIES, Eric. **A startup enxuta**. Leya, 2012.

RIES, Eric. **O estilo startup: Como as empresas modernas usam o empreendedorismo para se transformar e crescer**. LEYA, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163

Professor: Prof. Dr. Éderison Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Tema	Texto base
Aula 1	Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. Preparando-se para o futuro!	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 319-336.
Aula 2	Primeira parte: Advocacia é um negócio? Segunda parte: Law Firm economics 101	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 3-11. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smarter profit. A guide for the law firm of the future</i> . Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-26.

Aula 3	Primeira parte: Financial Management Segunda parte: Smarter Pricing, Smarter Profit	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i>. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 137-153. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future</i>. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-27.
Aula 4	Primeira parte: Gestão do Tempo Segunda parte: Risk Management	JARMON, Amy L. <i>Time and workplace management for lawyers</i>. Chicago: Aba publishing, 2013, p. 23-56. POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i>. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 219-226.
Aula 5	Marketing na advocacia	VERCAMMEN, Kenneth. <i>Smart marketing for the small firm lawyer</i>. Chicago: Aba publishing, 2014.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros com apresentação oral e entrega de um plano de apresentação com indicações bibliográficas (50% da nota final); 2. entrega do trabalho final, consistente na elaboração de um pequeno vídeo com orientações para os advogados em torno de 5 minutos (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORANGA, Anna Luiza; SALOMÃO, Simone Viana (Coord.). *Direito, gestão e prática: administração legal para advogados*. São Paulo: Saraiva: FGV, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei (Coord.). Direito, gestão e prática: estratégias processuais na advocacia empresarial. São Paulo: Saraiva: Direito GV, 2011.

DODDS, Stuart J. T. Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future. Chicago: Aba publishing, 2014.

JARMON, Amy L. Time and workplace management for lawyers. Chicago: Aba publishing, 2013.

LAMBRETH, Susan Raridon e RUEFF JR., David A. The Power of Legal Project Management. Chicago: Aba publishing, 2014.

LAVELLE, Kerry M. The business guide to Law. Creating and operating a successful Law firm. Chicago: Aba publishing, 2015.

LEITE, Leonardo Barém. Gestão estratégica do departamento jurídico moderno. Curitiba: Juruá. 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. Planejamento e gestão para escritórios de advocacia. São Paulo: Magister, 2011

POLL, Edward. The business of law. Planning and operating for survival and growth. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

PRADO, Roberta Nioac (Coord.). Direito, gestão e prática: empresas familiares: governança corporativa, governança familiar, governança jurídica. São Paulo: Saraiva: FGV, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron et al. The divergence of legal procedures. Cambridge, Mass: National Bureau of Economic research, 2008. Working Paper n.13809. Disponível em:
<<http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>>

BANCO MUNDIAL. Fazendo com que a justiça conte: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2004. Relatório n. 32789- BR. Disponível em:
<<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>>.

CAIN, George H. Turning Points. New paths and second careers for lawyers. Chicago: Aba publishing, 1994.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Eds.) Encyclopedia of law and economics. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em:
<<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>.

KRIEGER, Stefan H. E NEUMANN Jr, Richard K. Essential lawyering skills. Interviewing, counseling, negotiation, and persuasive fact analysis. 4 ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2011.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say? Texas Law Review. Austin, vol. 80, pp. 1943-1983, jun. 2002. Disponível em: <http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf>.

MELCHER, Michael F. The Creative Lawyer. A practical guide to authentic professional satisfaction. Chicago: Aba publishing, 2007.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PARNELL, David J. The failing law firm. Symptons and remedies. Chicago: Aba publishing, 2014.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. Análise econômica da litigância. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Gerenciamento de Processos Judiciais. São Paulo: Saraiva, 2010.

VERCAMMEN, Kenneth. Smart marketing for the small firm lawyer. Chicago: Aba publishing, 2014.

WALTON, Kimn Alayne. What Law school doesn't teach you...but you really need to know. Expert tips & Strategies for making your legal career a huge sucess. Chicago: Harcourt Legal & Professional Publications, 2000.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Governança Corporativa**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Prof. Dr. Ederson Garin Porto e Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos de governança; Governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança CVM.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I - Controle x Propriedade
- Módulo II – Assimetria de informação e Conflito de interesse
- Módulo III – Governança Corporativa no mundo
- Módulo IV - Governança Corporativa no Brasil
- Módulo V – Estudo de casos aplicados

AVALIAÇÃO

A avaliação dar-se-á com base em dois critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 2/5 da nota final.

- Apresentação e entrega de trabalho (análise contrato social e mecanismo de governança) (última aula)
- 3/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AKERLOF, G. A. The market for “lemons”: Quality uncertainty and the market mechanism. *Uncertainty in Economics*. v. 84, n. 3, p. 235-251, 1978. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-214850-7.50022-X>
- ARROW, Kenneth J. Uncertainty, and the Welfare Economics of Medical Care. *The American Economic Review*. Vol. 53, No. 5 (Dec. 1963), pp. 941-973.
- BERLE, A.; MEANS, G. The modern corporation and private property. New York: Harcourt, 1932.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-009-9257-3_8.
- LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florêncio. Corporate ownership around the world. *Journal of Finance*, [S.l.], v. 54, p. 471-517, 1999.
- LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Investor protection and corporate valuation. *Journal of Finance*, v.57, n.3, p.1147-1170, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/1540-6261.004572>
- MORCK, Randall K. (Ed.). A history of corporate governance around the world. Chicago: National Bureau of Economic Research – NBER, 2005
- OECD, G20/OECD Principles of Corporate Governance. Paris: OECD Publishing, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARAÚJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael VX; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. *Journal of Corporate Finance*, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.
- BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. *Handbook of Law and Economics*, [S.l.], v. 2, p. 829-943, 2007.
- CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. *Journal of Corporate Finance*, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.
- CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. *Journal of Corporate Finance*, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.
- DA SILVEIRA, A. D. M. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics*, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance, and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. *Journal of Business Finance & Accounting*, [S.l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. *Journal of Corporate Finance*, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). *Journal of accounting research*, [S.l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. *The Journal of Finance*, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

TRICKER, RI Bob. *Corporate governance: principles, policies, and practices*. [S.l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Prof. Dr. Marciano Buffon e Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da análise econômica do direito.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula 1	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	BUFFON, Marciano. Johnny versus João: uma estória sobre a hipocrisia e a injustiça fiscal brasileira. In: Luciana Turatti; Fernanda Storck Pinheiro. (Org.). Direitos humanos na contemporaneidade. 01ed.LAJEADO - RS: UNIVATES, 2018, v. 01, p. 173-182. COLLIER, Paul. O estado ético, p. 55-79. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019. COLLIER, Paul. A empresa ética, p. 81-113. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM. COLLIER, Paul. As novas inquietações, p. 3-26. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019

Aula 2	Incentivos fiscais e extrafiscalidade	BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. Direito e Desenvolvimento, v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016. LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. Revista do Direito Público, v. 11, n. 2, p. 230-259, 2016. PSCHEIDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: Erros e acertos de uma política extrativa. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 112, p. 231-269, 2016.
Aula 3	Fontes de fomento à inovação	AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. Estudos Econômicos, v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016. PORTO, Geciane Silveira; MEMÓRIA, Caroline Viriato. Incentives for technological innovation: a study of the public policy of tax exemption in Brazil. Journal of Public Administration, 2019, 53.3: 520-541. SANTOS, Fabio Gomes dos; TONETTI, Rafael Roberto Hage; MONTEIRO, Vítor. Desafios jurídicos para o fomento financeiro da inovação pelas empresas, p. 177 -212. In: Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.
Aula 4	Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	BRULAND, K.; MOWERY, D. C. Innovation through Time. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. TÖDTLING, Franz; TRIPPL, Michaela. One size fits all?: Towards a differentiated regional innovation policy approach. Research policy, v. 34, n. 8, p. 1203-1219, 2005.
Aula 5	Política de Inovação	EDLER, Jakob; FAGERBERG, Jan. Innovation policy: What, why, and how. Oxford Review of Economic Policy, v. 33, n. 1, p. 2-23, 2017. FAGERBERG, J. Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. Journal of Economic Surveys, 2016.

		SCHOT, Johan; STEINMUELLER, W. Edward. Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. Research Policy , v. 47, n. 9, p. 1554-1567, 2018.
Aula 6	O Sistema de Inovação Brasileiro: uma proposta de política orientada por missões	CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena MM. Políticas de inovação e desenvolvimento. Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais/organização de Diogo R. Coutinho, Maria Carolina Foss, Pedro Salomon B. Mouallem.—São Paulo: Blucher, 2017. MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Portfolio-Penguin, 2014. MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal. 2016.
Aula 7	Inovação na agenda política brasileira Parte I	BRASIL. Emenda Constitucional no 85. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-85-26-fevereiro-2015-780176-publicacaooriginal-146182-pl.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI). Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, Brasília, 2016 Disponível em: https://portal.inpa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. ‘Marco Legal da Inovação’ conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), regulamentado pelo Decreto nº 9.283, alterando a Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2004, já modificada pela Lei nº 13.243, de 2016), Lei das Licitações (art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993), o art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2016 (Ementa: Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125998. Acesso em: 20/03/2020.
Aula 8	Inovação na agenda política	BRASIL. Plano Plurianual 2016-2019. Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos-e-

	brasileira Parte II	imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf/view. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.971, de 27 de dezembro de 2019 que institui o ‘Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2020_2023/lei/Lei13.971-2019.pdf. Acesso em: 20/03/2020. Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Plano de ação para a promoção da inovação tecnológica: 2018-2022 / Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/plano_acao_promocao_inovacao_tecnologica.pdf. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.122, de 19 de março de 2020, que define ‘as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1122_de_19032020.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.329, de 27 de março de 2020, que ‘altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672. Acesso em: 30/03/2020. BRASIL. Portaria nº6.762, de 17 de dezembro de 2019, que ‘institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores - PNI, visando fomentar o surgimento e a consolidação de ecossistemas de inovação e de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no País’. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.762-de-17-de-dezembro-de-2019-234748537. Acesso em: 30/03/2020.
aula 9	Apoio Financeiro Indireto:	MARQUES, Fabrício. Política industrial em xeque. Pesquisa FAPESP, 2017, p.34-37, 251. BRASIL. Lei nº11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de

	Incentivos Fiscais - Lei do Bem - Rota 2030 - Política industrial para o setor TICs e para o setor de semicondutores	Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; ‘dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica’; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o ‘Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística’; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nº 9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13755.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.969, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a ‘política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores’ e altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de
--	--	--

	2007, a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13969.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.294, de 26 de março de 2020, que regulamenta a apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, para fins de fruição do incentivo previsto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1294_de_26032020.html. Acesso em: 27/03/2020. BRASIL. Decreto nº10.356, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação (Lei de Informática) que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10356.htm. Acesso em: 21/05/2020. BRASIL. Instrução Normativa nº1.953, de 21 de maio de 2020, que disciplina a compensação dos créditos financeiros (Lei de Informática e PADIS) de que tratam o art. 7º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o art. 4º-C da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-1.953-de-21-de-maio-de-2020-258046684. Acesso em: 22/05/2020. BRASIL. Portaria nº2.796, de 30 de junho de 2020, que regulamenta apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro no âmbito do PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.796-de-30-de-junho-de-2020-265867451. Acesso em: 01/07/2020. BRASIL. Portaria nº2.861, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades relacionadas ao PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.861-de-8-de-julho-de-2020-267031334. Acesso em: 09/07/2020.
--	---

FORMA DE APURAÇÃO DOS CONCEITOS

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 45 - 60 minutos da aula.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORRÁS, Susana; EDQUIST, Charles. Holistic Innovation Policy: Theoretical Foundations, Policy Problems, and Instrument Choices. Oxford University Press, 2019.

BUFFON, Marciano; VON HOHENDORFF, Raquel; DE OLIVEIRA BARCELLOS, Vinicius. COMO OS TRIBUTOS MORREM: A NECESSÁRIA (RE) LEGITIMAÇÃO DOS TRIBUTOS NO SÉCULO XXI. Revista Direitos Culturais, v. 15, n. 36, p. 269-305, 2020.

COSTA, Achyles Barcelos da. Teoria econômica e política de inovação. Revista de Economia Contemporânea, 2016, 20.2: 281-307.

DA COSTA, Achyles Barcelos. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. Cadernos IHU ideias, 2006, 4.47: 1-16.

DIAMOND, Jared M. Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Editora Record, 2005.

DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Editora Record, 2017.

DIAMOND, Jared. Reviravolta: Como indivíduos e nações bem-sucedidas se recuperam das crises. Editora Record, 2019.

EDLER, Jakob; GEORGHIOU, Luke. Public procurement and innovation—Resurrecting the demand side. Research policy, v. 36, n. 7, p. 949-963, 2007.

EDQUIST, Charles. Innovation policy: A systemic approach. Tema, Univ., 1999.

LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. Où atterrir?: comment s'orienter en politique. La découverte, 2017.

PIKETTY, Thomas. Introdução, p 9-42. In: O capital no século XXI. Editora Intrínseca, 2014.

ROBINSON, James; ACEMOGLU, R. Why nations fail. New York: Crown Publishing Group, 2012.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. Edipro, 2019.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. Aplicando a quarta revolução industrial. Edipro, 2019.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Metodologia para a Análise e Resolução de Casos**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, “Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum” (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturando o artigo científico e outros trabalhos acadêmicos.

AValiação

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário, além de outros modelos, e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NINÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o Direito Processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coord.). **Metodologia da pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Eletronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. et al. **The craft of research**. Fourth edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JÚNIOR, José Antonio Valle. **Design Science Research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa**: técnicas de investigação, argumentação e redação. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Matrioska Editora, 2020.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding Law. **Califórnia Law Review**, Califórnia, v. 107, p. 527-582, 2019.

SIEMS, Mathias M. and SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. In: **The Cambridge Law Journal**, v. 71, 2012, p. 651-676.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. In: **Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN** – v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Previdência Social e Empresas**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121809

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes e Prof. Dr. Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Conceitos Constitucionais e Legislativos acerca do Financiamento Previdenciário. Programas obrigatórios no ambiente de trabalho. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Limbo jurídico trabalhista e previdenciário. Ações Regressivas propostas pelo INSS em face das empresas. Desoneração Judicial da folha de salários. Efeitos dos Benefícios Previdenciários no Contrato de Trabalho. Efeitos da sentença trabalhista nas ações previdenciárias. Crimes Previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Previdência como direito fundamental. Financiamento do sistema. Acidentes de Trabalho e Repercussões Previdenciárias. Limbo previdenciário Trabalhista. Oneração de folha. INSS e Empresas. Risco Previdenciário. Instrumentos de Prevenção nas Empresas. PPRA. LTCAT. PCMSO. Importância das Normas Regulamentadoras. Crise na Previdência.

OBJETIVOS

- a) Compreender a atual dinâmica previdenciária nas empresas;
- b) Estudar os instrumentos de proteção empresarial no tocante ao risco previdenciário dos trabalhadores;
- c) Reconhecer a Previdência Social como um direito fundamental e social no equilíbrio das relações humano-empresariais.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. Manual De Direito Previdenciário. 25 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 20. ed. Curitiba: Alteridade, 2022.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação. 2 ed. Curitiba: Alteridade, 2019. RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.
- JORGE, Társis Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.
- LAZZARI, João Batista (coord) CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. Comentários à reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da previdência social. 7. ed. São Paulo: LTr, 2005.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Sistemas Jurídicos Internacionais**

Semestre: 2025/1

Carga horária: 15 - Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112166

Professor: Luciane Klein Vieira

EMENTA

Caracterização, distinção e análise dos principais sistemas jurídicos contemporâneos: Civil Law e Common Law. Estudo do sistema jurídico inglês e do sistema jurídico norte-americano, com ênfase na formação do precedente judicial. Os sistemas jurídicos nos processos de integração regional: a formação e aplicação do Direito da União Europeia e do Direito do Mercosul. Peculiaridades do Direito Asiático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- *Civil Law* e *Common Law*: Histórico, mapa atual, fontes do direito, *hard law* e *soft law*;
- Direito norte-americano (EUA): sistema judiciário, *case law*, formação do precedente;
- Direito inglês: histórico, sistema judiciário, precedente judicial;
- Direito da União Europeia: supranacionalidade e formação dos princípios comuns, sistema judiciário, aplicação uniforme do direito no espaço integrado;
- Direito do Mercosul: intergovernamentalidade, sistema jurídico, diálogo entre cortes;
- Direito asiático: história, formação, sistema judiciário.

AValiação

- Estudo de casos;
- Debates temáticos;

- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

CrITÉrios de avaliação:

- *Paper*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AJANI, Gianmaria et al. **Sistemas jurídicos comparados**: lecciones y materiales. Tradução de Beatriz Gregoraci Fernández. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2011.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ENGELMANN, Wilson; [SCHIOCCHET, Taysa](#) (Coord.). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito**. Curitiba: Juruá, 2013.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. Tradução de Eduardo Saldanha e Revisão técnica de Eduardo Apio. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GALIO, Morgana Henicka. História e formação dos sistemas *Civil Law* e *Common Law*: a influência do direito romano e a aproximação dos sistemas. In: DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá; NEUENSCHWANDER, Juliana Magalhães; WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). **História do Direito II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 233-255. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c79d3508e2dc8fe8>

GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria. **Sistemas jurídicos contemporâneos**. México, D. F.: Cultura Jurídica, 2010.

LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos**. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. A Transformação do *Civil Law* e a Oportunidade de um Sistema Precedentalista para o Brasil. **Revista Jurídica**, n. 380, p. 45-50, 2009.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Precedentes vinculantes nos Estados Unidos da América e no direito brasileiro: um estudo comparado. *Revista de Direito Internacional*, vol. 13, n. 3, p. 264-286, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4236>>. Acesso em: 19 out. 2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da *Civil Law* e da *Common Law*. **Revista Direito Público**, vol. 12, n. 64, p. 109-126, 2015. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2737/1307>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VIEIRA, Andréia Costa. **Civil Law e Common Law: os dois grandes sistemas legais comparados**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Tradução por Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabres Editor, 1993.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. **El precedente en el derecho inglés**. Tradução de Maria Angélica Pulido. Barcelona: Marcial Pons, 2012.

DAVID, René. **O direito inglês**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after modernity**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the United States**. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2010.

FERNÁNDEZ VILA, María Fernanda. Las experiencias de integración en Asia. In: NEGRO, Sandra (Dir.). **Derecho de la integración: manual**. 2ª ed. Montevideo: BdeF, 2013.

FON, Vincy; PARISI, Francesco. Judicial precedents in civil law systems: a dynamic analysis. **International Review of Law and Economics**, [S.l.], n. 26, p. 519-535, 2006. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33111-41760-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GRUNDMANN, Stefan et al. **Direito privado, constituição e fronteiras: encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JIN, Oh Seung. **Overview of legal systems in the Asia-Pacific Region: South Korea**. [S.l.]: Scholarship Cornell Law, 2004. (Paper, 6). Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6>. Acesso em: 21 dez. 2017.

RAATZ, Igor. Considerações históricas sobre as diferenças entre common law e civil law: reflexões iniciais para o debate sobre a adoção de precedentes no Direito brasileiro. **Revista de Processo**, [S.l.], v. 199, p. 159-191, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SELLER, Mortimer. The Doctrine of Precedent in the United States of America. **The American Journal of Comparative Law**, [S.l.], v. 54, p. 67-88, Sept. 2008.

SOARES, Guido Fernandes Silva. **Common Law: introdução ao direito dos EUA**. São Paulo: Saraiva, 1999.

YANG, Hyunah (Ed.). **Law and society in Korea**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Direito da Inteligência Artificial**

Ano/Semestre: 2025/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T19

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo; Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon; Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Inteligência Artificial. Riscos. Princípios de Inteligência Artificial. Fontes Nacionais Internacionais. Aspectos de regulação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Inteligência Artificial. Conceito. Classificação. Riscos: vigilância, decisões enviesadas, impacto no emprego, cibersegurança, atividades de alto risco. Princípios de Inteligência Artificial. Diálogo das Fontes Nacionais e Internacionais. Regulação. Inteligência Artificial: Saúde, Justiça, Mercado.

OBJETIVOS

- a) Compreender o que é Inteligência Artificial e Espécies.
- b) Estudar os Riscos decorrentes da Inteligência Artificial.
- c) Refletir sobre os Princípios de Inteligência Artificial e sua aplicação no setor público e privado.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASIMOV, Isaac. **Eu robô**. Tradução de Aline Sotoria Pereira. São Paulo: Editora Aleph, 2017.

COLOMBO, Cristiano; GOULART, Guilherme Damasio. Direito póstumo à portabilidade de dados pessoais no ciberespaço à luz do direito brasileiro. *In*: POLIDO, Fabrício; ANJOS, Lucas; BRANDÃO, Luíza. **Políticas, internet e sociedade**. Belo Horizonte: IRIS, 2019. p. 55-67.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**: fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

FACCHINI NETO, Eugênio; COLOMBO, Cristiano. Decisões automatizadas em matéria de perfis e riscos algorítmicos: diálogos entre Brasil e Europa acerca das vítimas do dano estético digital. *In*: MARTINS, Guilherme Magalhães; ROSENVALD, Nelson. (org.). **Responsabilidade civil e novas tecnologias**. Indaiatuba: Foco, 2020. v. 1, p. x-x.

MAGLIO, Marco *et al.* **Manuale di diritto alla protezione dei dati personali**. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2019.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade e proteção de dados e defesa do consumidor**: linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Textos aprovados**: P9_TA(2023)0236: regulamento inteligência artificial. Alterações aprovadas pelo Parlamento Europeu, em 14 de junho de 2023, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (Regulamento Inteligência Artificial) e altera determinados atos legislativos da união (COM(2021)0206 – C9-0146/2021 –2021/0106(COD)). Bruxelas: ParlamentoEuropeu, 2023. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0236_PT.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Textos aprovados**: P8_TA(2017)0051: disposições de direito civil sobre robótica. Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, que contém recomendações à Comissão sobre disposições de Direito Civil sobre Robótica (2015/2103(INL)). Bruxelas: Parlamento Europeu, 2017. Documento em PDF (não paginado). Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2017-0051_PT.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

PASQUALE, Frank. **News law of robotics**: defending human expertise in the Age of AI. Londres: Harvard University Press, 2020.

RODOTÀ, Stefano. **El derecho a tener derechos**. Trad. José Manuel Revuelta López. Madrid: Trotta, 2014.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. **Artificial intelligence**: a modern approach. [S. l.]: Pearson Education Limited: Harlow, 2022.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. Grupo de Trabalho do Artigo 29.º para a Proteção dos Dados. **Parecer 8/2014 sobre os recentes desenvolvimentos na internet das coisas**. Bruxelas: Comissão Europeia, [2014]. Adotado em 16 set 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2014/wp223_pt.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Textos aprovados**: P9_TA(2020)0275. Regime relativo aos aspetos éticos da inteligência artificial, da robótica e das tecnologias conexas. Resolução do Parlamento Europeu, de 20 de outubro de 2020, que contém recomendações à Comissão sobre o regime relativo aos aspetos éticos da inteligência artificial, da robótica e das tecnologias conexas (2020/2012(INL)). Bruxelas: Parlamento Europeu, 2020. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2020-0275_PT.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 2338/2023**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Autoria: Senador Rodrigo Pacheco. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9347622&ts=1684441712955&disposition=inline&_gl=1*u7dxhm*_ga*OTU2MDIxODAyLjE2NzQxNTgwMTI.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4NzcxNzAzMS45LjAuMTY4NzcxNzAzMS4wLjAuMA. Acesso em: 25 jun. 2023.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Corpo eletrônico como vítima de ofensas em matéria de tratamento de dados pessoais e a viabilidade da aplicação da noção de dano estético ao mundo digital. In: COLOMBO, Cristiano; ENGELMANN, Wilson; FALEIROS, José Luiz de Moura. (org.). **Tutela jurídica do corpo eletrônico**: novos desafios ao direito digital. 1. ed. Indaiatuba, São Paulo: Editora Foco, 2022. v. 1.

COLOMBO, Cristiano; GOULART, Guilherme Damásio. Inteligência artificial em softwares que emulam perfis dos falecidos e dados pessoais de mortos. In: SARLET, Gabrielle Bezerra Sales; TRINDADE, Manoel Gustavo Neubarth; MELGARÉ, Plínio (org.). **Proteção de dados**: temas controvertidos. Indaiatuba: Foco, 2021. v. 1, p. 95-114.

ESPOSTI, Mirko Degli. Prefácio. In: RUFFOLO, Ugo (org.). **XXVI lezioni di diritto dell'intelligenza artificiale**. Turim: Giappichelli, 2021.

FLORIDI, Luciano. **Ética dell'intelligenza artificiale**. Milão: Raffaello Cortina, 2022.

MAGLIO, Marco *et al.* **Manuale di diritto alla protezione dei dati personali**. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2019.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 2011.

RUFFOLO, Ugo. **Intelligenza artificiale e diritto**. Roma: Sapienza Università di Roma, [2023?]. 1 vídeo (31 min 15 s). Disponível em: <https://www.giurisprudenza.uniroma1.it/archivionotizie/lezioni-dautore?fbclid=IwAR3GvsXWHSvJM4Df4apluHJk7cu5yocg4cRKsnZ1igvo1JxtbN5x7NW4B84>. Acesso em: 18 jun. 2023.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Diversidade e inclusão nas relações de trabalho**

Semestre: 2025/1

Carga horária: 15h

Créditos: 01

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T21

Professor: Dr. Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Conceito de Diversidade e inclusão. Legislação trabalhista sobre o tema. Racismo estrutural nas empresas. Empregado transgênero. O trabalho de pessoas com deficiência. Autismo e mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Cotas de trabalhadores com deficiência (artigo 93 da Lei 8.213/91). Deficiências e Meio Ambiente de Trabalho. Racismo nas relações de emprego. Lei da Igualdade Salarial entre homens e mulheres (equidade e transparência).

OBJETIVOS

- a) Estudar a realidade da inclusão e da diversidade no Brasil;
- b) Examinar a legislação acerca da proteção e garantias das pessoas com deficiência;
- c) Aprofundar o estudo da diversidade e da inclusão no desenvolvimento das relações de emprego.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de

aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONCEIÇÃO, Rose Kelly Irene Santos da; VENDRAMETTO, Melicio Oduvaldo. **Autista no mercado de trabalho**. São Paulo: Blucher, 2021.

GOLDCHMIT, J. **Imperfeitos**: um relato íntimo de como a inclusão e a diversidade podem transformar vidas e impactar o mercado de trabalho. São Paulo: Maquinaria Sankto, 2022.

NUNEZ, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Danyele. **Direitos e garantias de pessoas com transtorno de espectro autista**. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-e-garantias-de-pessoas-com-transtorno-de-espectro-autista/677396048>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SCHIO, Isabella. **Inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista na sociedade e mercado de trabalho**. Jusbrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/inclusao-de-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-na-sociedade-e-mercado-de-trabalho/1323621075>. Acesso em: 1 set. 2024.

PUCPR. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. **Como valorizar pessoas com autismo no mercado de trabalho**. Paraná, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://posdigital.pucpr.br/blog/autismo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 12 set. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA GOV. **Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 32 anos nesta segunda-feira**. Portal Agência Gov, 24 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202307/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-32-anos-nesta-segunda-feira-24>. Acesso em: 3 out. 2024.

AGUIAR, Sandy. **Recrutamento inclusivo:** tenha mais diversidade na sua empresa. Selpe Gente e Gestão, 26 out. 2023. Disponível em: <https://www.gruposelpe.com.br/blog/recrutamento-inclusivo/>. Acesso em: 10 set. 2024.

ALMEIDA, Karina. **Deficiências ocultas no mercado de trabalho e os desafios na aplicação da lei de cotas.** Jornalismo Inclusivo, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://jornalistainclusivo.com/deficiencias-ocultas-no-mercado-de-trabalho-e-os-desafios-da-lei-de-cotas>. Acesso em: 29 set. 2024.

AMBAR, Jeanne. **Princípio da igualdade.** Jusbrasil, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principio-da-igualdade/515383473>. Acesso em: 1 set. 2024.

ANJOS, Melissa Campello Guedes dos *et al.* A Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho e suas Implicações. **Revista de Psicologia**, [S.I.], v. 10, n. 29, p. 51-70, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/384>. Acesso em: 15 set. 2024.

AUTISMO EM DIA. **Autismo no mercado de trabalho:** desafios e oportunidades. Blog Autismo em Dia, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://www.autismoemdia.com.br/blog/autismo-no-mercado-de-trabalho-desafios-e-oportunidades/>. Acesso em: 8 set. 2024.

AUTISMO LEGAL. **Direitos do autista.** 2024. Disponível em: <https://autismolegal.com.br/direitos-do-autista/>. Acesso em: 12 set. 2024.

AUTISMO E REALIDADE. **Autismo no mercado de trabalho:** incluir é preciso. Blog Autismo e Realidade, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2024/04/30/autismo-no-mercado-de-trabalho-incluir-e-preciso/>. Acesso em: 15 set. 2024.

BANDEIRA, Gabriela. **Lei Romeo Mion:** 5 passos para entender melhor a legislação para autistas. Portal Genial Care, 12 nov. 2023. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/lei-romeo-mion/>. Acesso em: 12 set. 2024.

BANDEIRA, Gabriela. **Direitos dos autistas na saúde:** entenda o que a lei garante. Genial Care, 19 ago. 2024. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/direitos-dos-autistas-na-saude/>. Acesso em: 8 set. 2024.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo:** natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. 2010. p. 11. Disponível em: https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BASE 27. **Base 27 recebe empresas em evento sobre inclusão no mercado de trabalho.** Portal Base 27, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://base27.com.br/base27-recebe-empresas-em-evento-sobre-inclusao-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL, Lisa. **Mercado de trabalho para PCDs:** como promover a inclusão? Blog Jobconvo, 16 out. 2023. Disponível em: <https://jobconvo.com/blog/mercado-de-trabalho-para-pcds/>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-de-pessoas/lei-8112-anotada>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.667 de 17 de maio de 2018**. Dispõe sobre o sistema nacional de emprego (sine), criado pelo decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13667&ano=2018&ato=18eITU61UeZpWT024>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.992, de 3 de outubro de 2024**. Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer medidas que favoreçam a inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14992-3-outubro-2024-796431-norma-pl.html>. Acesso em: 5 out. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei 2064/2023**. Dispõe sobre o acesso ao lazer às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo o direito à entrada gratuita em pontos turísticos, estabelecimentos culturais e eventos esportivos, e do direito ao pagamento de meia entrada de 1 (um) acompanhante e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2357695>. Acesso em: 15 set. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 639/2023**. Dispõe sobre o acesso ao lazer às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo o direito à entrada gratuita em pontos turísticos, estabelecimentos culturais e eventos esportivos, e do direito ao pagamento de meia entrada de 1 (um) acompanhante e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2261458&filename=PL%202064/2023. Acesso em: 15 set. 2024.

CÂMARA PAULISTA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Novo valor da multa por descumprimento da lei de cotas**. 1 fev. 2024. Disponível em: <https://www.camarainclusao.com.br/noticias/novo-valor-da-multa-por-descumprimento-da-lei-de-cotas/>. Acesso em: 5 out. 2024.

CIPTEA. **Carteira digital de identificação da pessoa com transtorno do espectro autista**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://ciptea.com.br/>. Acesso em: 9 set. 2024.

CLAUDIO JANTA. **Leis e projetos**. [2024?]. Disponível em: <https://www.claudiojanta.com.br/projetos#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.152%2F22%20%2D%20Institui,M%C3%A9dico%20Integrado%20do%20Espectro%20Autista>. Acesso em: 15 set. 2024.

COELHO, Leidmar Bastos Lima; SALGADO, Buenã Porto. O direito à educação e inclusão da pessoa autista: implicações jurídicas. **Ciências Jurídicas**, [S.I.], v. 27, maio 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-direito-a-educacao-e-inclusao-da-pessoa-autista-implicacoes-juridicas/>. Acesso em: 5 set. 2024.

CONTE, Vanessa. **Capital entrega centro de referência do transtorno autista**. Porto Alegre, 12 maio 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/capital-entrega-centro-de-referencia-do-transtorno-autista>. Acesso em: 29 set. 2024.

COSENZA, Bruna. **Autismo no mercado de trabalho: como criar um ambiente inclusivo?** Blog de saúde mental, 2 abr. 2021. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/autismo-no-mercado-de-trabalho-como-ser-inclusivo/>. Acesso em: 11 set. 2024.

CRUZ, Marinalva. **30 anos da lei de cotas: o que mudou?** Good Bros, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www.goodbros.com.br/2021/07/06/30-anos-da-lei-de-cotas-o-que-mudou>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DIÁRIO PCD. **Lei programa servidor amigo do autista é aprovada na Câmara Municipal de São Paulo**. 14 mar. 2024. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2024/03/14/lei-programa-servidor-amigo-do-autista-e-aprovada-na-camara-municipal-de-sao-paulo/>. Acesso em: 10 set. 2024.

DINIZ, Janguê. **Autismo e mercado de trabalho**. Portal UNG, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ung.br/noticias/autismo-e-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 13 set. 2024.

EMPRESAS COOPERATIVAS. **Por que contratar PCD para sua empresa?** 21 jan. 2022. Disponível em: <https://empresasecooperativas.com.br/contratar-pcd/>. Acesso em: 5 set. 2024.

FASTER CAPITAL. **Sistema de feedback e melhoria do autismo desbloqueando a comunicação como os sistemas de feedback do autismo estão fazendo a diferença.** 25 mar. 2024. Disponível em: <https://fastercapital.com/pt/content/Sistema-de-feedback-e-melhoria-do-autismo-desbloqueando-a-comunicacao--como-os-sistemas-de-feedback-do-autismo-estao-fazendo-a-diferenca.html>. Acesso em: 14 set. 2024.

FECOMERCIO.SP. **Empregadores encontram desafios para cumprir a lei de cotas.** 21 ago. 2018. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/empregadores-encontram-desafios-para-cumprir-lei-de-cotas>. Acesso em: 29 set. 2024.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, p. 183-196, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/C5TyphygpYbyWmdqKJCTMkN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2024.

FREITAS, Michelli. **Habilidades dos autistas pouco exploradas no mercado de trabalho.** Blog Instituto de Educação e Análise do Comportamento, Campinas, [2024?]. Disponível em: <https://blog.ieac.net.br/habilidades-dos-autistas-pouco-exploradas-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 31 ago. 2024.

GOV.BR. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 32 anos nesta segunda-feira (24).** Gov.Br., 24 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/julho/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-32-anos-nesta-segunda-feira-24>. Acesso em: 3 out. 2024.

GUPY. **Mercado de trabalho para PCDs: cenário e como aumentar a inclusão.** Blog Gupy, 6 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/mercado-de-trabalho-para-pcds>. Acesso em: 29 set. 2024.

IDE. **Cordões com girassóis ou quebra-cabeças: você sabe o que eles significam?** 23 ago. 2023. Disponível em: <https://idemais.com.br/noticias/cordoes-com-girassois-ou-quebra-cabecas-voce-sabe-o-que-eles-significam/#>. Acesso em: 12 set. 2024.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE. **Lei de cotas: entenda tudo sobre a contratação de pessoas com deficiência.** Portal Igual Inclusão e Diversidade, 8 jul. 2024. Disponível em: <https://iiigual.com.br/blog/lei-de-cotas-entenda-tudo-sobre-a-contratacao-de-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 4 out. 2024.

LIRA, Ravele Félix de. **Evolução e reconhecimento dos direitos do autista.** Politize, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-do-autista-no-brasil/>. Acesso em: 1 set. 2024.

LOPES, Rosalia Maria de Rezende. O direito da pessoa com Transtorno do Espectro Autismo (TEA). **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.L.], v. 13, p. 65-82, maio 2021.

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/espectro-autismo>. Acesso em: 5 set. 2024.

MARQUES, Maria Cecília David; CORREA, Amanda César (ed.). **Cordões e seus significados**. USP, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.ee.usp.br/wp-content/uploads/2023/11/Cartilha-sobre-os-significados-dos-Cordoes-1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

MARTINS, Antônio Eduardo Senna. **O princípio da dignidade da pessoa humana no direito brasileiro: aplicações e desafios**. Jusbrasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-no-direito-brasileiro-aplicacoes-e-desafios/1971838563>. Acesso em: 5 out. 2024.

MARTINS, Islane Archanjo Rocha; NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa; OLIVEIRA, Raquel Alecsa da Silva. Os desafios da inclusão social dos autistas no mercado de trabalho brasileiro. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, v. 89, n. 4, p. 101-116, out./dez. 2023. Disponível em: <https://repositoriodigital.trt21.jus.br/server/api/core/bitstreams/89bdc3ed-c62e-4015-aea9-c01b4ade3187/content>. Acesso em: 15 set. 2024.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2015. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5367569/mod_resource/content/2/MELLO_Princ%C3%ADpio%20da%20Igualdade.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

MELO, Sarah Gabrielly Cavalcante; MENDES, Rosyvania Araujo. Direito e autismo: uma análise da política de proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). **Ciências Sociais**, [S.I.], v. 27, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/direito-e-autismo-uma-analise-da-politica-de-protecao-dos-direitos-das-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-tea/>. Acesso em: 3 set. 2024.

NUNEZ, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Danyele. **Direitos e garantias de pessoas com transtorno de espectro autista**. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-e-garantias-de-pessoas-com-transtorno-de-espectro-autista/677396048>. Acesso em: 28 ago. 2024.

PORTAL G1. **Porto Alegre inaugura centro de referência para atendimento de crianças com autismo**. Portal G1, 12 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/05/12/porto-alegre-inaugura-centro-de-referencia-para-atendimento-de-criancas-com-autismo.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2024.

REDE DOR. **Transtorno do espectro autista (TEA)**. [2024?]. Disponível em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/transtorno-do-espectro-autista-tea>. Acesso em: 31 ago. 2024.

REDE TEA. **Explorando as habilidades únicas de indivíduos com autismo.** Blog Rede TEA, 12 out. 2023. Disponível em: <https://redetea.com.br/explorando-as-habilidades-unicas-de-individuos-com-autismo/>. Acesso em: 15 set. 2024.

RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de Paiva (coord.). **A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

RIES, Igor Lucas; BIONDI, Angie. Autismo e a busca por reconhecimento: Conexões que enunciam as lutas de redes socioafetivas em casos do Facebook. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n.2, p. 99-116, ago./nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/download/28283/pdf/117015>. Acesso em: 4 out. 2024.

ROCHA, Filipe Eduardo da Silva; COELHO, Wender Silva. **A inclusão do autista no mercado de trabalho: desafios e caminhos para a efetividade.** 2023. 31 f. Artigo Científico (Bacharel em Direito) - Faculdade Evangélica de Goianésia, Goianésia, 2023. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/21242/1/TCC_2023.1_WENDER%20SILVA%20COELHO.pdf Acesso em: 15 set. 2024.

RUSSO, Fabiele. **Entenda quais são os direitos dos autistas.** Neuro Conecta, [2023?]. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/entenda-quais-sao-os-direitos-dos-autistas-de-acordo-com-a-legislacao/> Acesso em: 15 set. 2024.

SANGUE. **Como criar um comitê dediversidade realmente efetivo?** Santa Catarina, 20 set. 2023. Disponível em: <https://singue.com.br/comite-de-diversidade/>. Acesso em: 15 set. 2024.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 3749, de 2020.** Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que “institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, para especificar como permanente o caráter do laudo que diagnostique o transtorno do espectro autista. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143375>. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 89-94, abr./jun. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/download/47169/45637/94073>. Acesso em: 5 out. 2024.

SILVA, Luzia Felix da. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: desafios e superações no mercado de trabalho.** Brasil Escola, 2015. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/a-inclusao-pessoa-com-deficiencia-no-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 5 out. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Manual de Orientação. **Transtorno do espectro autista.** 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. A dignidade humana da pessoa com autismo. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, [S.l.], v. 6, n. 10, p. 44-60, jul/dez, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/issue/view/912>. Acesso em: 25 ago. 2024.

TANCREDI, Silvia; AFONSO, Lucas. **Lei de cotas**: projeto implantado em 2012 reserva vagas para estudantes de rede pública. Portal UOL, [2024?]. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/lei-das-cotas.htm>. Acesso em: 29 set. 2024.

TOTAL PASS. **Recrutamento inclusivo**: sua importância e como fazer. Blog Total Pass, 3 jun. 2024. Disponível em: <https://blog.totalpass.com.br/recursos-humanos/recrutamento-inclusivo-sua-importancia/>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIT. Universidade Tirandentes. **Autismo, empregabilidade e as iniciativas de inclusão no mercado de trabalho**. 2 abr. 2024. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/autismo-empregabilidade-e-as-iniciativas-de-inclusao-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 9 set. 2024.

VAGAS PROFISSÕES. **Lei de cotas para PCD**: saiba como a lei funciona. Portal Vagas Profissões, [2024?]. Disponível em: <https://profissoes.vagas.com.br/lei-cotas-pcd/>. Acesso em: 29 set. 2024.

VALE CURSOS EDUCACIONAL. **Comunicação com alunos autistas**: estratégias para promover uma conexão significativa. Blog Vale Cursos, São José dos Campos, [2024?]. Disponível em: <https://valecursos.com.br/comunicacao-com-alunos-autistas/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

VITORIANO, Marcelo. **Lei de cotas**: possibilidade real de equidade e inclusão. Canal Autismo, 1 dez. 2022. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/artigos/lei-de-cotas-possibilidade-real-de-equidade-e-inclusao/>. Acesso em: 15 set. 2024.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Teoria do Sistema Social e as Organizações**

Semestre: 2025/1

Carga horária: 15h Créditos: 01

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T17

Professor: Daniela Pellin

EMENTA

Conceito sobre Sistema. Pensamento Sistêmico. Teoria do Sistema Social a partir de Humberto Maturana, Francisco Varela e Niklas Luhmann. A comunicação como fenômeno social e cultural. A comunicação organizacional como fenômeno de mudança sistêmica. O Papel das Organizações na conformidade sistêmica. Tendências do sistema social 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Encontro	TEMA: Conceito de Sistema
2º Encontro	TEMA: Teoria do Sistema Social a partir de Maturana e Varela
3º Encontro	TEMA: Teoria do Sistema Social a partir de Niklas Luhmann
4º Encontro	TEMA: Comunicação e pensamento sistêmico: conformidade social e cultural
5º Encontro	TEMA: O papel das Organizações e tendências sociais 5.0

OBJETIVOS

O objetivo da disciplina é introduzir a Teoria do Sistema Social como plataforma de discussão dos fenômenos tecnológicos que impactam a vida humana em toda sua estrutura e funcionamento e que a dogmática jurídica, a norma e a ciência do Direito historicamente construídos não dão conta de relacionar. Ao fim do percurso da disciplina, o pesquisador terá desenvolvido a competência e a habilidade de compreender, em um contexto de autopoiese, complexidade e interdependência, o Sistema Jurídico, sua estrutura e funcionamento, bem como, as tendências que o futuro reserva para a

ciência do Direito, em rede e para atender a sociedade da informação 5.0, mas, com a massa crítica que o cenário jurídico e a sociedade reclamam.

METODOLOGIA

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais, convidados externos.

AValiação

As formas de avaliação envolverão tanto a dimensão individual quanto a coletiva, e deverão contemplar a participação nas atividades realizadas em aula. Em princípio, estima-se:

Seminário = de 0,0 a 5,0

Atividade de conclusão de disciplina = de 0,0 a 5,0.

Assim, a avaliação é compreendida como: a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, descrição do método, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 6,0. **Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 1,0 ponto do total avaliado.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

KAHNEMAN, Daniel. **Ruído**. Uma falha no julgamento humano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

LUHMAN, Niklas. **O direito das sociedades**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LUHMAN, Niklas. **Organización y decisión**. Trad. Dario Rodrigues Mansilia. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.

LUHMAN, Niklas. **A Realidade dos meios de comunicação**. Trad. Ciro Marcondes Filho São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMAN, Niklas. **Confianza**. Trad. Amanda Flores. Santiago de Chile: Instituto de Sociologia Universidad Catolica, 1996.

LUHMAN, Niklas. **Poder**. Trad. Martine Greusot de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 1985.

MATURANA, Humberto R et al. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Trad. Humberto Maiotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

NEVES, Rômulo Figueira. **Acoplamento estrutural, fechamento operacional e processos sobrecomunicativos na teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann**. Dissertação (Mestrado em sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

ROCHA, Leonel Severo *et al.* **Introdução à Teoria do Sistema Autopoiético**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Uma abordagem sistêmica do direito no contexto da modernidade brasileira**. Tese (Doutorado em Direito) -- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Elen *et at.* Ivone de Lourdes Oliveira: reflexões sobre a comunicação no contexto das organizações, um campo em construção. *In*: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PENNINI, Anice; MOURÃO, Isaura (org.). **Compreendendo um Campo de Conhecimento**: reflexões epistemológicas sobre a comunicação organizacional a partir de autores brasileiros. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015. p. 139-153.

CURVELLO, João José Azevedo et al. **A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. v.11, n.3. Brasília: E-compós, 2008.

DALLERA, Osvaldo. **La sociedade como sistema de comunicación**. La teoria sociológica de Niklas Luhmann em 30 lecciones. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2012.

LUHMAN, Niklas. **Sistemas sociais. esboço de uma teoria geral**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUHMAN, Niklas. **Sociologia do Direito 1**. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional. um olhar estratégico sobre a organização**. 2. ed. São Caetano: Difusão, 2008.

RINALDI, Alexandra; BARREIROS, Dorival. A importância da comunicação de riscos para as organizações. **Organicon**, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 138-147, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicon/article/view/138930>. Acesso em: 10 out. 2022.